

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo: Governo busca receita até no fundo do mar	2
Valor: União estuda engordar leilões de petróleo e prorrogar hidrelétricas	13

Sumário:

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Governo busca receita até no fundo do mar	2
Título: Sonegação de R\$ 3 bi é alvo de operação	4
Título: Poder em Jogo	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Ministro indica que pode negociar usinas da Cemig	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Governo amplia rombo de 2017 e 2018 para R\$ 159 bilhões em cada ano.....	7
Título: Conta de luz pode cair com venda de ativos da Eletrobras, diz consultoria	11
Título: Petrobras aumenta em 7,2% preço do gás para comércio e indústria.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: União estuda engordar leilões de petróleo e prorrogar hidrelétricas.....	13
Título: Destaques	15
Título: Eventual revisão de indenizações de transmissão caberia ao MME, diz Aneel.....	15
Título: Curtas	17
Título: Mercado tem falta de renováveis para 2018.....	18
Título: Abraceel pede abertura maior em 2024.....	20
Título: Petroleiras apostam no mercado brasileiro de GNL.....	20
Título: Petrobras abre arbitragem contra governo uruguaio	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Manoel Ventura****Título: Governo busca receita até no fundo do mar**

Plano é leiloar sobra do petróleo do pré-sal cedido à Petrobras em 2010. Área é avaliada em US\$ 25 bilhões.

De olho na busca por receitas para compor o caixa no ano que vem, o governo quer leiloar a sobra do petróleo do pré-sal cedido à Petrobras em 2010. Chamada de excedente da cessão onerosa, a área envolve ao menos 5 bilhões de barris de petróleo em seis campos na Bacia de Santos. O objetivo é fazer o leilão em maio de 2018, junto com a 15.a Rodada de Licitações do pós-sal e a 4.a Rodada do pré-sal. Essa área é avaliada pelo governo em cerca de US\$ 25 bilhões.

Num dia marcado pelo anúncio da revisão da meta fiscal deste ano e do próximo, os **ministros Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia**, Henrique Meirelles, da Fazenda, Dyogo Oliveira, do Planejamento, e o presidente da Petrobras, Pedro Parente, se reuniram na manhã de ontem em Brasília para tratar um dos assuntos mais polêmicos envolvendo governo e Petrobras: a revisão do contrato de cessão onerosa.

— Essa revisão era um processo que já estava acontecendo. E, no encontro, buscamos um entendimento de que isso seja resolvido da forma mais rápida possível, pois será uma relação de ganha-ganha. A Petrobras vai conseguir elevar seus lucros e melhorar o grau de avaliação de risco quando tiver essa solução. E o governo ganha com isso, pois é acionista da empresa. Além disso, o governo consegue arrecadar mais recursos com o leilão dessas áreas — disse uma fonte que não quis se identificar.

Mas, para fazer esse leilão no ano que vem, é preciso que Petrobras e governo cheguem a um acordo sobre a cessão onerosa. Em 2010, durante a capitalização da Petrobras, o governo, para continuar como controlador, participou do aumento de capital da companhia cedendo barris de petróleo do pré-sal. Em troca, o governo recebeu da Petrobras R\$ 74,8 bilhões em ações. Na época, o cálculo usou como premissa um preço de US\$ 8,51 por barril.

ACORDO EM ATÉ TRÊS MESES

Mas, como o preço do petróleo despencou no mercado internacional, estima-se que esse barril no pré-sal tenha valor médio de US\$ 5. Como o contrato de cessão

onerosa já previa revisão de preços, Petrobras e governo sabem que a estatal tem uma compensação a receber. Esse valor deverá ser pago em barris de petróleo. Na época, foram cedidos cinco bilhões de barris à Petrobras. Mas, posteriormente, com os estudos, descobriu-se que esses campos têm um excedente de, pelo menos, outros cinco bilhões de barris de petróleo.

Após deixar o encontro ontem em Brasília, o ministro de Minas e Energia acrescentou que espera resolver esse assunto "o quanto antes"! — Nós vínhamos discutindo há muito tempo sobre a cessão onerosa, é um tema muito complexo. Foi uma reunião para alinhar todos os ministérios com a Petrobras, para que essa solução chegue a um desfecho o quanto antes. A gente não quer estabelecer datas, mas, quanto antes se chegar a um entendimento entre a União e a Petrobras, melhor — disse Coelho Filho.

Segundo uma fonte, a ideia é que Petrobras e governo cheguem a uma solução em dois a três meses. Respeitar esse calendário é fundamental para que o governo e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) consigam organizar o leilão de petróleo do pré-sal em maio. Sem resolver esse impasse, não há como fazer leilão. O que será feito agora é definir o quanto em dólar a Petrobras tem a receber e traduzir isso em barril de petróleo. Ou seja, a Petrobras já terá uma parte desse excedente da cessão onerosa (como compensação). O resto irá a leilão — contou essa fonte do governo.

Nos próximos meses, governo e Petrobras vão estudar os relatórios feitos por certificadoras internacionais contratadas pela estatal e pela ANP. Esses documentos preveem vários cenários e uma dezena de números. Por isso, destacou a fonte, as conversas vão ser intensas entre as partes: — Mas o governo quer resolver isso, pois é uma importante fonte de recursos.

BASE PARA ARRECADAÇÃO

Os seis campos do excedente da cessão onerosa pré-sal (Sul de Guará, Sul de Lula, Nordeste de Tupi, Entorno de Iara, Florim e Búzios) têm um valor estimado em US\$ 25 bilhões. Desse total, é preciso, além de descontar o volume que será destinado à Petrobras como compensação, levar em conta a percentagem de óleo lucro (parte da divisão dos lucros com o Estado) a ser definido nos leilões, que vão seguir o regime de partilha. Somente depois disso será possível calcular o valor de arrecadação do governo no momento do certame.

— De qualquer forma, serão dezenas de bilhões de reais. No regime de partilha, é preciso descontar o percentual de óleo lucro. Nas rodadas deste ano de pré-sal, que ocorrem em outubro, esse índice é de 15% a 20%. Isso é muito importante para saber qual será o bônus de assinatura — destacou a fonte.

INVESTIMENTO ELEVA VALOR

O governo está usando algumas referências para calcular esse leilão. Primeiro, a área da cessão onerosa é muito valiosa porque já houve investimento exploratório nos campos, o que reduz as incertezas e aumenta o preço, embora a cotação do petróleo esteja baixa, perto de US\$ 50,90 por barril.

Além disso, nas reuniões, o governo tem usado duas métricas para balizar o valor da cessão onerosa. O campo de Libra, que tem potencial entre oito bilhões e 12 bilhões de barris de petróleo, gerou um bônus de R\$ 15 bilhões ao governo.

— Os campos da cessão tendem a ficar um pouco mais caros que isso, pois já se terá uma boa estimativa da sua reserva real, após anos de investimentos exploratórios. Mas organizar um leilão onde já existe atividade não é algo trivial e exige preparação — observou uma outra fonte que não quis se identificar.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Dimitrius Dantas****Título: Sonegação de R\$ 3 bi é alvo de operação**

Esquema se valia de fraudes em distribuidoras de combustíveis

Um esquema de sonegação fiscal que se utilizava de fraudes em distribuidoras de combustíveis e causou um prejuízo estimado em R\$ 3 bilhões foi desbaratado ontem pela Polícia Federal. Na operação, batizada de Rosa dos Ventos, 240 policiais e 30 auditores fiscais cumpriram 36 mandados de busca e apreensão e 24 mandados de prisão temporária em cidades de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Nas investigações que precederam a operação, foram identificados crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, falsificação de títulos públicos e até negociações envolvendo pedras preciosas. A apuração das fraudes foi iniciada em 2013, após fiscalização da Receita Federal identificar crime de sonegação de impostos em uma distribuidora de combustíveis em Paulínia, no interior de São Paulo.

As distribuidoras eram registradas em nome de laranjas e não pagavam os tributos, o que permitia aos donos aumentar a margem de lucro e manter preços menores, levando concorrentes à falência. Além disso, segundo apurou a PF, os investigados teriam falsificado títulos da dívida pública para aumentar o capital das empresas e obter financiamentos bancários.

MILHÕES EM PEDRAS PRECIOSAS

"A investigação aponta que foram criadas dezenas de empresas, todas colocadas em nome de laranjas para ocultar os verdadeiros proprietários, cujo patrimônio pessoal era protegido por meio de empresas offshore localizadas em paraísos fiscais e por meio de empresas de participação abertas em nome de seus filhos, afirmou a Polícia Federal, que destacou, ainda, que, no curso das investigações, também foram produzidas provas de fraudes envolvendo pedras preciosas.

Um lote de pedras preciosas estava sendo negociado pelos integrantes da organização por US\$ 650 milhões. Os envolvidos tiveram bloqueados bens como imóveis, carros e aviões, além das contas bancárias, que serão leiloados para ressarcir os prejuízos ao Fisco.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

Energia 1

A respeito da nota "Trabalho em família", publicada aqui, a Vinci Partners esclarece que "não costuma acompanhar ou tomar parte da discussão de matérias legislativas, o que se aplica à Portaria 120/2016. Se porventura a referida portaria enseja algum benefício indireto, evidentemente ele se estende a quaisquer investidores que, via mercado, detenham participação em empresas com atuação no setor de transmissão de energia elétrica."

Energia 2

O deputado Marco Antonio Cabral, sobre a nota "Trabalho em família", afirmou que "nunca realizou contato com pessoas das empresas citadas". Disse, ainda, que o irmão João Pedro não trabalha na Vinci Partners desde o início do ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Ministro indica que pode negociar usinas da Cemig

Governo espera arrecadar R\$ 11 bilhões com o leilão de quatro hidrelétricas da estatal; bancada mineira intensificou a pressão no Planalto contra a venda

Depois de insistir na importância do leilão das usinas da Cemig, o governo cedeu à pressão de parlamentares e deixou aberta a possibilidade de negociar um acordo com a estatal mineira para que ela continue dona das quatro hidrelétricas. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o leilão está mantido, mas admitiu que a empresa tem o direito de oferecer proposta "mais vantajosa" para avaliação da área econômica.

Integrantes do governo se reuniram ontem com investidores para sinalizar a manutenção do certame, o que despertou a ira da bancada mineira, sobretudo do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que se reuniu na terça-feira com o presidente Michel Temer para tentar chegar a um acordo. Aécio e o PSDB como um todo têm sido fiadores do atual governo em meio à grave crise política.

Diante da sinalização do governo aos investidores, os parlamentares do Estado intensificaram as investidas contra a área econômica na tentativa de conseguir arrancar um acordo. O senador tucano chegou a dizer que eventual acerto para que a Cemig permanecesse com as usinas "afetaria pouco" a meta fiscal de 2017.

O governo tem a expectativa de arrecadar R\$ 11 bilhões este ano com o leilão das usinas Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande -, apesar do alerta do Tribunal de Contas da União (TCU) para o risco elevado de essas receitas serem frustradas. O perigo cresceu com a opção da Cemig de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para tentar reverter o leilão. A Corte vai proferir a decisão no dia 22, a pouco mais de um mês do certame.

O senador tucano deixou o Palácio do Planalto atacando a mudança nas metas fiscais de 2017 e 2018, para um rombo ainda maior do que o previsto. "Insistimos para que o esforço maior fosse feito na outra ponta, da inibição dos gastos. Mas o governo, na ponta do lápis, aponta para a frustração de receitas. Então, vamos ter a sinalização que não é a mais adequada, mas que, infelizmente, pelo que diz o governo, é a possível." A intenção do governo não é fechar um acordo com a Cemig para prorrogar a concessão das usinas, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Mas a declaração de Meirelles durante a coletiva abriu a esperada "brecha" que a bancada do Estado quer. "Parlamentares ainda buscam acordo da União com a Cemig, mas não se pode ignorar decisão da Justiça que determinou a devolução ao governo federal", ponderou o ministro.

Parlamentares mineiros intensificaram os apelos para que as usinas não sejam vendidas. O vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), esteve no Ministério do Planejamento e propôs que a estatal mineira pagasse os R\$ 11 bilhões esperados pelo governo. A área econômica avaliou a proposta como arriscada e de difícil realização. / IDIANA TOMAZELLI, ADRIANA FERNANDES, EDUARDO RODRIGUES E LORENNA RODRIGUES

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maeli Prado, Mariana Carneiro, Julio Wiziack, Gustavo Uribe, Marina Dias, Talita Fernandes****Título: Governo amplia rombo de 2017 e 2018 para R\$ 159 bilhões em cada ano**

Após uma semana de embates com a ala política do governo, a equipe econômica anunciou nesta terça (15) aumento no rombo das contas federais neste e nos próximos três anos. O governo também avisou que a virada esperada para 2020, quando prometia que os números voltariam ao azul, foi adiada para 2021.

Os resultados ainda poderão ser piores se o governo não conseguir aprovar no Congresso uma série de medidas de aumento de receitas e corte de gastos com servidores anunciadas nesta terça.

Com a revisão das metas fiscais, que previam deficit de R\$ 139 bilhões neste ano e R\$ 129 bilhões no próximo, o governo agora prevê um rombo de R\$ 159 bilhões nos dois anos. Para 2019, a previsão de deficit passou de R\$ 65 bilhões para R\$ 139 bilhões.

O governo esperava superavit de R\$ 10 bilhões em 2020 e agora prevê deficit de R\$ 65 bilhões. O último ano em que o governo federal arrecadou mais do que gastou foi 2013.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, atribuiu a necessidade da revisão das metas à frustração de receitas, em parte por causa da queda da inflação nos últimos meses.

"É uma boa notícia para o país e para a atividade econômica, mas muda a expectativa de arrecadação", disse.

Outro fator que pesou na revisão de 2018 foi a retomada ainda lenta da economia, que levou a uma queda de 2,5% para 2% na projeção de crescimento da economia. Para este ano, a projeção oficial continua em 0,5%.

Segundo Meirelles, as novas metas não foram definidas para acomodar despesas, mas permitirão ao governo desbloquear gastos represados desde março e evitar a paralisia de serviços essenciais.

Pelos cálculos, será preciso liberar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões neste ano, mas os recursos só serão aprovados se houver receitas.

Isso porque o buraco do Orçamento em 2017 está R\$ 14 bilhões acima dos R\$ 159 bilhões. Para cobri-lo, o governo conta basicamente com cerca de R\$ 10 bilhões do Refis (programa de parcelamento de dívidas tributárias) e com leilões de petróleo (pré-sal) e hidrelétricas da Cemig.

A previsão de arrecadação com concessões em 2018 foi elevada para cerca de R\$ 20 bilhões. "Estamos contando com entre R\$ 7 a R\$ 7,5 bilhões no setor de energia e outros cerca de R\$ 6 bilhões com aeroportos. Isso será detalhado na lei orçamentária", disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

NO CAIXA

Responsável pelo controle do Orçamento, Oliveira afirmou que o governo detectou que o rombo de 2018 chegaria a R\$ 173,5 bilhões, R\$ 44,5 bilhões a mais do que a meta anterior.

Por isso, foi preciso cortar gastos e tomar medidas que renderão R\$ 14,5 bilhões em receitas. São esperados R\$ 6 bilhões com a mudança na tributação de fundos de investimento fechados (para grandes investidores), que vão seguir as regras dos fundos abertos ao público em geral. Com isso, haverá antecipação de receitas. A alíquota cobrada dos fundos, que varia de 15% a 22%, não muda. Além disso, o limite de isenção sobre o faturamento do Reintegra (programa de incentivo à exportação), que seria elevado de 2% para 3% em 2018, foi cancelado, o que gerará mais R\$ 2,6 bilhões.

O ganho de receita com a reoneração da folha de pagamento é estimado em mais R\$ 4 bilhões.

SERVIDORES

O governo apresentou um pacote com sete medidas que recaem sobre o funcionalismo federal. A expectativa é economizar R\$ 7,9 bilhões em 2018. Os militares não entraram na conta porque o governo preferiu negociar com eles a reforma de sua previdência.

No curto prazo, a proposta que gerará mais recursos virá do adiamento dos reajustes previstos para 2018 dos servidores do Executivo federal, o que dará uma folga de R\$ 5,1 bilhões ao Orçamento.

O governo também quer que os servidores contribuam mais para a Previdência. Por isso, elevou a alíquota de 11% para 14% sobre os salários que superarem R\$ 5.531,31 e espera, assim, arrecadar mais R\$ 1,9 bilhão em 2018.

Outra medida de corte de gastos será o fechamento de 60 mil vagas que estão abertas. O restante virá da revisão de benefícios como a redução do auxílio moradia e do congelamento dos salários dos comissionados.

O governo também quer fazer cumprir o teto salarial de R\$ 33,7 mil do funcionalismo.

Além disso, anunciou uma reestruturação das carreiras do serviço público, o que levará a uma redução do salário inicial dos trabalhadores que entrarem no governo. A economia será de R\$ 18,5 bilhões em cinco anos. Segundo o ministro Dyogo Oliveira (Planejamento), o governo paga até três vezes mais por um profissional.

Também quer aumentar o número de etapas a serem cumpridas para que o servidor chegue ao topo da remuneração. As medidas podem gerar uma economia de R\$ 70 bilhões em dez anos.

Com exceção do Reintegra, todas as medidas precisam da aprovação do Congresso, que deve receber a nova proposta orçamentária nesta quarta-feira (16).

Uma meta de deficit maior permitirá que o governo acomode frustrações de receita e descongelamento de gastos bloqueados. Por outro lado, fará aumentar a dívida do governo, que precisará tomar recursos emprestados para financiar as despesas.

O governo não informou qual será o impacto do aumento no deficit fiscal para a dívida pública

PRESSÃO POLÍTICA

O anúncio feito pelos ministros já havia sido antecipado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que ocupou o cargo de ministro do Planejamento no início do governo Michel Temer.

Desde a semana passada, a decisão foi marcada por disputas entre a equipe econômica e políticos, o que adiou a definição da nova previsão oficial para o rombo nas contas públicas.

Pela manhã, o ministro da Fazenda havia afirmado que o anúncio da revisão deveria ficar para esta quarta-feira (16), porque o governo ainda buscava receitas extraordinárias na área de energia.

Mas após várias reuniões e dois adiamentos do anúncio oficial, o presidente Michel Temer determinou que sua equipe econômica divulgasse a revisão das metas fiscais deste e do próximo ano ainda nesta terça.

Segundo a **Folha** apurou, Temer ficou incomodado com críticas do PSDB à demora na definição da meta. A ideia é que o presidente argumente, em reuniões marcadas nesta quarta (16) com empresários, que a ampliação foi necessária porque houve frustração na arrecadação.

Temer convocou no Palácio do Planalto para uma última reunião antes do anúncio Meirelles, Dyogo Oliveira (Planejamento), além do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado.

CONFLITO

Em reuniões ocorridas no Palácio do Planalto nesta segunda (14), políticos que apoiam o governo no Congresso defenderam a abertura de espaço no Orçamento do próximo ano para acomodar gastos com obras e outros projetos patrocinados por parlamentares por meio de emendas ao Orçamento.

Os políticos defenderam o aumento da meta do ano que vem para R\$ 177 bilhões, enquanto a equipe econômica defendia a meta anunciada nesta terça, de R\$ 159 bilhões para o deficit neste e no próximo ano.

Integrantes da área política do governo acabaram se alinhando aos auxiliares do time econômico, mas até o fim da manhã desta terça ainda discutiam quais seriam as formas de gerar receitas extraordinárias para ajudar o governo a fechar as contas.

"As dificuldades e debates com parlamentares são absolutamente normais, fazem parte da democracia", afirmou Meirelles.

*

METAS FISCAIS 2017

Deficit sobe de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões

2018

Deficit sobe de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões

2019

Deficit sobe de R\$ 65 bilhões para R\$ 139 bilhões

2020

Superavit de R\$ 10 bilhões passa a ser deficit de R\$ 65 bilhões

AUMENTO DE RECEITA

- Tributação de fundos exclusivos

Em vez de cobrar IR no saque, será feito ano a ano pela variação do valor das cotas

Previsão de receita: R\$ 6 bi (2018)

- Manutenção da alíquota do Reintegra

Previsão de receita: R\$ 2,6 bi (2018)

- Reoneração da folha

Previsão de receita: R\$ 4 bi (2018)

- Alta na contribuição previdenciária dos servidores federais

Alíquota passa de 11% para 14% sobre salários acima de R\$ 5.300

Previsão de receita: R\$ 1,9 bilhão (2018)

CORTES DE DESPESA

- Postergação de reajustes de servidores civis federais

Previsão de economia: R\$ 5,1 bi (2018)

- Regulamentação do teto de R\$ 33,7 mil para o serviço público

Previsão de economia: R\$ 725 mi para a União (2018)

- Cancelamento de reajustes de cargos comissionados

Previsão de economia: R\$ 175 mi (2018)

- Limite para ajuda de custo de transferências e auxílio-moradia

Previsão de economia: R\$ 49 mi (2018)

- Extinção de 60 mil cargos vagos

Evita aumento de despesa futura

- Redução de salário inicial para novos concursados

Previsão de economia: R\$ 18,6 bi (2019-2023)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Mercado Aberto

Título: Conta de luz pode cair com venda de ativos da Eletrobras, diz consultoria

A venda de ativos da Eletrobras pode ajudar a reduzir a conta de luz dos clientes residenciais em 11,7%, aponta a consultoria Thymos.

O governo publicou uma proposta de mudanças no setor de energia que prevê que um terço dos valores obtidos com os desinvestimentos da estatal sejam destinados ao CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

Ela serve para subsidiar usuários de baixa renda e expandir a rede, e é financiada em parte pelas tarifas dos consumidores. Com a injeção de recursos, as contas de luz podem vir sem a CDE por dois anos, estima a Thymos.

Isso equivaleria a uma redução de 11,7% sobre as tarifas residenciais pelo período.

"Estima-se que o bônus de outorga da privatização vai gerar cerca de R\$ 55 bilhões. Se um terço for destinado à CDE, pode haver desconto ao redor de 11,7% nas contas de luz", afirma Ricardo Savoya, diretor da Thymos.

Na proposta do governo, que está aberta a contribuições até quinta (17), o pagamento da outorga se dá em prazo dilatado, dizem técnicos do Ministério de Minas e Energia, o que reduz o desconto calculado pela consultoria.

Outro fator pode contribuir para a diminuir a tarifa: o valor da CDE rateado entre os consumidores está em queda, segundo dados da Aneel. Neste ano, são R\$ 13,9 bilhões, o que representa uma redução de 24% em relação a 2016.

A consequência foram reduções que variaram de 0,04%, para clientes residenciais do Norte e Nordeste, até 3,45%, para grandes consumidores do Sul e Sudeste.

Procurada, a Eletrobras respondeu em nota que não fará comentários a respeito da proposta em consulta pública.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Petrobras aumenta em 7,2% preço do gás para comércio e indústria

A Petrobras anunciou nesta terça-feira (15) aumento de 7,2% no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de cozinha) vendido em grandes vasilhames ou a granel.

A alta não vale para o produto vendido em botijões de 13 quilos, que já foi reajustado em 6,9% no início do mês.

O reajuste anunciado nesta terça começa a vigorar à 0h de quarta (16). Vale para o produto envasado em botijões acima de 13 quilos e a granel, mais consumido por comércio e indústrias.

Desde 2005, por determinação do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), a Petrobras pratica preços diferentes para os dois tipos de consumo. Na época, a decisão foi tomada com o objetivo de combater a inflação.

O Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP) diz que o aumento desta terça é "preocupante, pois afasta ainda mais o preço interno dos valores

praticados no mercado internacional, impactando justamente setores que precisam reduzir custos".

Com o novo aumento, a entidade calcula que o preço do gás vendido para comércio e indústria ficará 39,9% acima da paridade de importação (conceito que calcula o preço para trazer produtos importados até o mercado brasileiro).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Fabio Graner | De Brasília

Título: União estuda engordar leilões de petróleo e prorrogar hidrelétricas

Diante da necessidade de gerar mais caixa para o fechamento das contas públicas no próximo ano, a equipe econômica negocia com o **Ministério de Minas e Energia (MME)** pelo menos três ações para aumentar a arrecadação em 2018. Fazenda e Planejamento queriam obter até R\$ 35 bilhões em receitas extraordinárias na área energética, mas devem concretizar menos de metade disso.

Uma das tentativas é "engordar" os leilões de petróleo e gás com a oferta de áreas que estavam previstas para os anos posteriores, além de uma costura para levantar recursos com a cessão onerosa da Petrobras. Outra é o início do processo de venda dos ativos da Eletrobras no segmento de geração, conforme o novo modelo proposto pelo MME, que foi colocado em consulta pública e será enviado como medida provisória ao Congresso Nacional.

Uma terceira iniciativa, totalmente fora das expectativas do mercado até agora, entrou na lista de medidas estudadas. Embora em fase embrionária de discussões, ela prevê a possibilidade de prorrogar antecipadamente as concessões de usinas hidrelétricas - estatais e privadas - que expiram na próxima década.

Em troca de mais prazo para a exploração das hidrelétricas, os atuais concessionários teriam que pagar um bônus de outorga à União. Ainda não foram feitas estimativas de arrecadação potencial com essa medida, mas sabe-se que ela poderia render bilhões de reais aos cofres do Tesouro Nacional. Usinas operadas por empresas como Engie, AES Tietê e China Three Gorges (antiga Duke Energy) estão entre as potenciais beneficiadas. Elas administram ativos que foram privatizados em 1998 e cujos contratos têm validade até 2028.

A hidrelétrica de Porto Primavera (SP), com 1.540 megawatts (MW) de potência instalada e também com concessão expirando, entraria igualmente no cardápio. Ela hoje é operada pela paulista Cesp, que está à venda.

De certa forma, trata-se de uma antecipação parecida àquela feita pela ex-presidente Dilma Rousseff, que publicou a MP 579 em setembro de 2012 e deu a possibilidade de renovação às concessões que venciam até 2015.

Uma diferença, no entanto, é fundamental: em vez de exigir uma redução das contas de luz, como contrapartida, haveria obtenção de outorga. Podendo praticar tarifas de mercado e vendendo a eletricidade por mais 30 anos, os concessionários teriam que pagar um bônus ao governo.

A proposta, contudo, não é tão simples de fazer. O Tribunal de Contas da União (TCU) poderá ser o principal entrave, que também vai demandar complicadas projeções da área técnica.

O órgão de controle foi o maior obstáculo à ideia de renovar antecipadamente, em troca de investimentos, algumas concessões de rodovias. No início do ano, o governo desistiu oficialmente do plano. No fim de julho, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira entrou com pedido de medida cautelar contra a primeira prorrogação antecipada de ferrovias - a Malha Paulista, da Rumo. No caso das hidrelétricas, que não exigem grandes investimentos em modernização, a resistência do TCU tende a ser até maior.

No total, a equipe econômica queria até R\$ 35 bilhões provenientes da área energética em 2018. O valor foi visto como excessivamente ousado no Palácio do Planalto e, em reunião com o presidente Michel Temer na segunda-feira, o ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia) se comprometeu a colaborar com cerca de metade dessa cifra.

Coelho Filho lembrou, na reunião, que os segmentos sob influência direta do MME - energia elétrica, óleo e gás, etanol e biocombustíveis - geram R\$ 150 bilhões de investimentos anuais.

Por isso, ele argumentou que a maior contribuição que podem dar é com geração de emprego e movimentando a economia em um momento de crise, mas fez questão de ressaltar o compromisso do setor com o ajuste fiscal.

Para alcançar esse objetivo, uma ideia é reforçar os leilões de petróleo. Para 2018 e 2019, estavam previstas quatro importantes licitações: a 15ª e a 16ª rodadas de blocos na modalidade de concessão e mais duas rodadas pelo regime de partilha da produção, no pré-sal. As áreas incluídas em cada rodada já foram definidas. O MME, em conjunto com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), estudará quais blocos podem ter oferta antecipada.

Nessa discussão também estão inseridas as negociações entre Petrobras e Tesouro sobre o ajuste da cessão onerosa realizada em 2010. Dependendo do resultado, uma das duas partes terá que pagar uma diferença para a outra. Hoje,

a expectativa do mercado é que o Tesouro tenha que pagar à Petrobras. Para evitar despesas ao governo, uma solução mutuamente benéfica começa a ser ventilada nos bastidores.

As estimativas de certificadoras contratadas pela ANP e pela Petrobras indicam a existência de mais do que os 5 bilhões de barris de petróleo nas áreas cedidas pela União à estatal, em 2010, no campo de Franco. O que se negocia agora é ceder mais barris à Petrobras, mas "unitizar" áreas contíguas - para onde essas jazidas se estendem - e vender esse excedente em leilão. Com isso, não haveria desembolso do Tesouro e o caixa ainda pode ser reforçado.

A equipe econômica também avalia como possível arrecadar até R\$ 30 bilhões com a venda de usinas da Eletrobras. Mas o montante teria que ser dividido: um terço para o Tesouro, um terço para a estatal e um terço para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - que banca os subsídios dentro do setor elétrico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Braskem lucra no 2º tri

A Braskem divulgou no fim da noite de ontem os balanços auditados do segundo trimestre, do primeiro trimestre e do quarto trimestre do ano passado. Os números dos dois últimos trimestres haviam sido divulgados sem revisão pelo auditor independente. A petroquímica ainda tem como pendência o envio do relatório 20-F, referente ao exercício de 2016, à Securities and Exchange Commission (SEC). De abril a junho, a Braskem teve lucro líquido de R\$ 1,142 bilhão, frente a R\$ 275 milhões um ano antes. A receita líquida subiu 1% na comparação anual, a R\$ 11,9 bilhões, e o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) também cresceu 1%, a R\$ 3,029 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Eventual revisão de indenizações de transmissão caberia ao MME, diz Aneel

O comando da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) considera que a eventual decisão de rever o valor das indenizações em favor das transmissoras - e suas atualizações - estará a cargo do Ministério de Minas e Energia. O diretor-geral da agência, Romeu Rufino, lembrou ontem que o mecanismo do cálculo, que elevou de repente a dívida dos consumidores de energia de R\$ 24 bilhões para R\$ 62 bilhões, foi definido pela Portaria Ministerial 120, de 2016.

Anteontem, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) acusou a Aneel de ter municiado o ministério com as informações técnicas para definir o cálculo do ressarcimento. O custo começa a ser repassado às contas de luz a partir deste mês. A entidade estima um impacto mensal de R\$ 900 milhões.

Rufino admitiu que houve "interação institucional" com o ministério, mas destacou que o órgão atuou no sentido de resolver rapidamente a indefinição sobre o pagamento das indenizações. "Eu, particularmente, defendi que se definisse logo. Quanto mais o tempo passava, maior seria o passivo".

A Abrace já obteve uma vitória parcial na Justiça que resultou no abatimento de R\$ 9 bilhões sobre o valor total. O segmento conta com a dedicação de dois ex-diretores da Aneel para levar adiante a estratégia de barrar uma parte ainda maior dos repasses: Edvaldo Santana, presidente da entidade, e Julião Coelho, advogado contratado para atuar no caso.

Romeu disse que a Aneel somente responderá às críticas relacionadas aos laudos de ativos usados para calcular as indenizações. Os documentos, enviado pelas transmissoras, foram aprovados pela autarquia. "Não temos compromisso com o erro, seja para mais ou para menos. Se tiver algum, e de fato merecer uma retificação, nós faremos. Mas, até agora, não tem nenhum erro".

As indenizações foram garantidas às transmissoras depois que estas aderiram à renovação antecipada das concessões em 2012, quando a ex-presidente Dilma Rousseff propôs o plano de redução das tarifas. Foi necessário que o governo, após publicar a polêmica Medida Provisória (MP) 579/2012, editasse a MP 591/2012 para assegurar a cobertura de investimentos antigos que não teriam sido remunerados durante a concessão.

Em 2013, as transmissoras receberam o montante de R\$ 13 bilhões do Tesouro Nacional pela não amortização de investimentos mais recentes, pós-2000. Agora, o cálculo atrasado do saldo remanescente causou indignação nos grandes consumidores porque foi aplicada, além da atualização monetária, uma remuneração retroativa à data de renovação dos contratos. O montante final superou o valor da indenização em si.

Questionado sobre a posição dos ex-diretores, Rufino disse que tem tratado a questão com serenidade. "Não importa de quem vem o argumento. Certamente, vamos buscar fazer a coisa correta. A contrariedade deles, para mim, não faz diferença, tem tanta importância quanto à do consumidor mais humilde que conta com o mesmo respeito da instituição", disse diretor-geral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

CSN adia balanço

A CSN não entregou as informações referentes ao segundo trimestre deste ano no prazo previsto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que terminou ontem. Em fato relevante, a CSN informou no início da noite que ainda trabalha com seus auditores externos para finalizar a revisão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2015 e 2016, e que tais acertos impactam os saldos de abertura dos resultados de 2017. A empresa afirma trabalhar para publicar suas demonstrações financeiras e informações trimestrais "o mais breve possível". A CSN ainda não divulgou as demonstrações financeiras oficiais do quarto trimestre do ano passado, de 2016 e do primeiro trimestre deste ano.

Produção da Petrobras

A produção média de petróleo da Petrobras no Brasil em julho chegou a 2,12 milhões de barris por dia (bpd), queda de 3,3% ante o volume registrado no mês imediatamente anterior. Segundo a estatal, a redução foi influenciada pela parada programada da plataforma P-58, que opera nos campos de Jubarte, Baleia Anã, Baleia Azul e Baleia Franca, na Bacia de Campos. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Petrobras diz que a produção total de petróleo e gás natural em julho chegou a 2,74 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), retração de 2,5% na comparação com o mês anterior - 2,81 milhões de boed. A produção de gás natural no país caiu 0,4% na mesma base de comparação, para 80 milhões de metros cúbicos (m³) por dia - o resultado não considera o volume liquefeito do gás. Considerando apenas a região do pré-sal, a produção de petróleo e gás natural operada pela Petrobras em julho foi de 1,61 milhão de bpd, queda de 4,3% em relação a junho, também afetada pela parada da P-58. No exterior, a produção de petróleo ficou em linha entre os meses, chegando a 65 mil bpd. Já a produção de gás natural fora do país cresceu 2,9% na mesma base de comparação, para 8,4 milhões m³ por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo****Título: Mercado tem falta de renováveis para 2018**

Os participantes do mercado livre de energia, que responde atualmente por 30% do consumo total do país, estão preocupados com a falta de oferta disponível na categoria "incentivada" (proveniente de eólicas, usinas solares, térmicas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas) para 2018. Tal energia diferenciada possui desconto na cobrança dos encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição (Tust e TUSD).

Em estudo concluído na última semana, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) indicou um déficit de cerca de 11 megawatts (MW) médios de energia "incentivada" para 2018. O problema ainda pode se agravar com o ritmo de migrações de consumidores para o mercado livre. Quase a totalidade desses novos consumidores do ambiente livre é formada por empresas de pequeno porte, com demanda de até 3 MW e que só podem comprar energia incentivada - os chamados consumidores "especiais".

A CCEE, responsável pelo registro, contabilização e liquidação dos contratos de energia, porém, diz ser possível reverter esse quadro, por meio de mecanismos criados pelo governo para reduzir a sobreoferta das distribuidoras, no mercado regulado, liberando um volume de incentivada maior para ser negociado no mercado livre.

Esses mecanismos, concluiu a CCEE, possibilitaram uma sobra de 496 MW médios de energia incentivada para este ano. "A expansão da geração já esperada para o segundo semestre do ano, que totaliza acréscimo de 318 MW médios ao sistema, é outro fator que contribui com a disponibilidade de lastro", afirmou a CCEE, em nota. "A partir de janeiro de 2018, as sobras de energia incentivada [...] voltam a ficar comprometidas", completou.

Segundo Erick Azevedo, diretor da comercializadora FDR Energia, o spread, diferença de preço cobrada pela energia incentivada, em relação a energia convencional, saiu do patamar médio de R\$ 20 a R\$ 30 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 60 por MWh.

"Estamos muito cautelosos em comercializar essa energia. Já existem projeções que indicam falta [de oferta disponível de energia incentivada] no ano que vem. Isso virou uma barreira para a migração [de consumidores para o mercado livre]", disse o executivo. Segundo ele, a FDR Energia não está fechando novos contratos de venda de energia incentivada se não tiver volume suficiente para atendê-los.

Segundo Gustavo Arfux, sócio-diretor da Compass, especializada em comercialização de energia, o estresse em relação à oferta de energia incentivada encarece o produto e afeta a competitividade do mercado livre, em relação ao regulado. "Isso vai tirando parte da economia [de gastos com energia das empresas ao migrarem para o mercado livre]" diz o executivo.

Arfux lembrou que os mecanismos adotados pelo governo para reduzir a sobreoferta no mercado regulado têm aliviado o problema por permitir a "migração" desse bloco de energia para o ambiente livre. "Ainda assim [o balanço entre oferta e demanda] continua bastante estressado".

A opinião é compartilhada por Debora Mota, gerente de gestão de clientes do grupo Delta Energia. O spread alto, explica, reduz a migração para o mercado livre, já que o consumidor especial tem a obrigação de comprar a energia incentivada. "Isso dificulta cada vez mais novas ondas de migração", disse.

A comercializadora Safira Energia prevê um início de 2018 "bem justo" em termos de oferta de energia incentivada, segundo afirmou Lucas Rodrigues, analista de mercado da empresa. "Os spreads entre incentivada e convencional devem voltar a subir, muito provavelmente", afirma.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Reginaldo Medeiros, uma oportunidade de resolver o problema está na reforma do setor elétrico, em discussão no ministério de Minas e Energia. A entidade defende que a medida provisória que tratará da reforma, prevista para ser publicada determine que seja eliminada de imediato a categoria de "energia incentivada".

Segundo uma fonte da equipe energética de Michel Temer, porém, o governo não deverá intervir para resolver o problema, por entender que se trata de uma situação de mercado. Ela explicou que algumas comercializadoras já negociaram contratos de venda de energia incentivada, mas ainda precisam comprar essa energia para fechar a conta. "Muita gente vendeu [energia incentivada] sem lastro. Tomou o risco, foi comprar e não achou".

De acordo com o índice de "atratividade do mercado livre para fontes limpas de energia", desenvolvido pela FDR Energia e voltado para o preço da energia "incentivada", o número em julho ficou em 0,533, ligeiramente inferior a junho (0,535). Quanto mais próximo de 1 mais atrativo é o mercado livre para o consumidor especial em relação ao ambiente regulado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo****Título: Abraceel pede abertura maior em 2024**

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) propõe a abertura integral do mercado de energia a partir de 2024. A sugestão está contida na contribuição que a instituição deverá entregar hoje ao Ministério de Minas e Energia (MME), no âmbito da consulta pública aberta para discutir a proposta de reforma do setor elétrico.

"Não vemos nenhum problema [em abrir totalmente o mercado de energia em 2024], lembrando que isso só ocorreria em sete anos", afirmou Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel, ao **Valor**.

Hoje, apenas consumidores de energia com demanda superior a 500 quilowatts (kW) podem comprar energia no mercado livre. Os demais clientes ficam no mercado regulado, das distribuidoras.

A proposta do governo colocada em consulta pública prevê a abertura gradual do mercado livre até 2028, porém apenas para consumidores atendidos em alta tensão (em geral indústrias e estabelecimentos comerciais) e que possuam demanda superior a 75kW.

"Precisamos de uma abertura mais rápida do que a proposta pelo ministério. O próprio ministério reconhece que essa abertura é conservadora", diz Medeiros.

Segundo ele, pela proposta do governo, apenas 24 mil unidades consumidoras, de um total de 182,6 mil que formam o grupo de alta tensão, estarão elegíveis a migrar para o mercado livre até 2028. Com isso, o potencial de migração de energia é de apenas 4.338 MW médios, de 63.500 MW médios de todo o mercado brasileiro.

Em documento divulgado ontem, o MME considera acelerar a abertura do mercado livre, "caso a financiabilidade da expansão da geração esteja evoluindo de forma satisfatória".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petroleiras apostam no mercado brasileiro de GNL**

Em negociações com a Prumo Logística e a Siemens, para investimentos conjuntos no desenvolvimento de termelétrica do Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), a britânica BP é a mais nova, porém não única, petroleira interessada em reforçar sua presença no mercado brasileiro de gás natural liquefeito (GNL). Num momento em que a Petrobras começa a reduzir sua participação no setor, as grandes produtoras mundiais de gás natural estão de olho em oportunidades de negócios no país.

A lista inclui empresas como a própria BP, a francesa Total e as norte-americanas ExxonMobil e Delfin LNG. Entre as companhias que miram o mercado brasileiro, há interessadas em entrar no país exclusivamente como fornecedoras de GNL, mas também empresas interessadas em se tornar sócias estratégicas de projetos integrados de geração de energia.

Este é o caso da BP. Segundo o presidente da Prumo, José Magela Bernardes, a companhia de logística está em negociações para que a petroleira britânica entre como sócia da Gás Natural Açu (GNA), responsável pela construção de uma termelétrica de 1.300 megawatts, no complexo portuário. A ideia é que a BP detenha cerca de um terço do capital da sociedade e entre também com o fornecimento de GNL para a usina.

Embora num modelo de negócio diferente, a Total é outra multinacional do setor que aposta na importação de GNL para geração de energia. No final do ano passado, a francesa fechou uma parceria com a Petrobras para compartilhar o uso do terminal da Bahia, de 14 milhões de metros cúbicos diários, e, na mesma ocasião, comprou 50% das usinas baianas Rômulo de Almeida (138 MW) e Celso Furtado (186 MW).

"O Brasil precisa de gás e a Petrobras está abertamente saindo do mercado. As distribuidoras querem expandir volume [contratado] com a Petrobras e têm que buscar fontes alternativas, porque a Petrobras não tem expandido mais [o volume de suprimento]. Existem muitas termelétricas que não conseguem ir a leilão porque a Petrobras não fornece mais contratos de longo prazo. Hoje tem um vácuo nesse mercado de gás natural", disse o diretor-presidente da Luxburg Energy Group, um dos acionistas da Delfin LNG, Fabrício Mitre, em entrevista ao **Valor** recentemente.

A Delfin LNG, joint venture recém-formada pela americana Delfin e pela norueguesa Golar, pretende investir entre US\$ 6 bilhões e US\$ 7 bilhões no primeiro projeto de liquefação de gás natural offshore dos Estados Unidos, que exportará o "shale gas" dos EUA, e busca potenciais clientes no Brasil. Este é o caso também da ExxonMobil, que fechou no ano passado um acordo para fornecer GNL à termelétrica Porto de Sergipe (1,5 mil megawatts), sob responsabilidade da Golar LNG e a GenPower.

Embora o Brasil não esteja entre os importadores mais relevantes do mercado global, o interesse das produtoras pelo mercado brasileiro tem aumentado, em meio à sobreoferta de GNL no mundo. Segundo relatório publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Energia, o Brasil se inseriu no contexto geopolítico de oferta e demanda de GNL no mundo, "surfando a onda" dos excedentes de produção mundial do gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras abre arbitragem contra governo uruguaio

A Petrobras, por meio de suas distribuidoras de gás natural no Uruguai, a Montevideo Gas e a Conecta, entrou com medidas legais contra o governo uruguaio, devido a "diversos problemas" envolvendo suas operações no país vizinho. O assunto será tratado em arbitragem internacional.

Segundo a estatal brasileira, "há muito tempo" que a Montevideo Gas e a Conecta "reclamam do Estado uruguaio a adoção de medidas que corrijam diversos problemas que afetam suas operações". "Lamentavelmente, essas reclamações não encontraram eco entre as autoridades uruguaias, o que levou cada uma das distribuidoras a recorrer a mecanismos arbitrais de solução de disputas, como está previsto nos respectivos contratos do Estado com Montevideo Gas e Conecta", informou a Petrobras, em nota à imprensa.

O recurso ocorre meses após o governo uruguaio ter executado uma garantia, no valor de US\$ 5 milhões (atualizada, com juros e mora, para US\$ 6,8 milhões), relativos a dívidas da Montevideo Gas pelo atraso no pagamento de taxas anuais pela concessão.

Segundo o sindicato dos trabalhadores, a União Autônoma de Trabalhadores e Empregados da Companhia de Gás (UAOEGAS), a Conecta recorreu à arbitragem, em Paris, e pede uma indenização de cerca de US\$ 50 milhões - cifras semelhantes à solicitada pela Montevideo Gas.

A notícia foi recebida sob protestos de sindicalistas, na capital Montevidéu. A entidade faz oposição aos serviços prestados pela Petrobras na distribuição de gás natural do Uruguai e acusa a estatal brasileira de subinvestir no desenvolvimento do mercado local - cujo número de clientes conectados à rede tem caído nos últimos anos.

A Petrobras, segundo a UAOEGAS, alega que seu negócio de gás no Uruguai foi prejudicado pelas limitações no volume de gás natural fornecido pela Argentina

e pelos preços elevados do gás importado. O sindicato, no entanto, argumenta que, desde quando assumiu o contrato no Uruguai, a restrição no envio do gás e os altos preços do combustível já eram uma realidade.

A estatal brasileira detém 100% da Gás Montevideo e 55% do capital da Conecta - os 45% restantes pertencem à estatal uruguaia ANCAP. Além desses ativos, a Petrobras possui uma rede de distribuição de combustíveis no país vizinho.

A companhia informou que, por se tratar de um processo em curso, não comentará detalhes sobre a ação de arbitragem.

MME / ASCOM .